



**Fundação Enersul**



**Demonstrações  
Contábeis e Atuariais  
2010**

## Apresentação

2010: ano de desafios superados

A Diretoria Executiva da Fundação Enersul, atendendo às disposições estatutárias e da Resolução CGPC 23 de 06 de dezembro de 2006, tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual de 2010 com destaque para os seguintes assuntos:

Demonstrativo Patrimonial e de Resultado por Plano de Benefícios; Informações referentes à Política de Investimentos aprovada para o exercício de 2010; Relatório resumido das informações sobre o Demonstrativo de Investimentos; Parecer Atuarial; Informações segregadas sobre as despesas de cada Plano de Benefícios; Parecer dos Auditores Independentes e Pareceres dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Fundação Enersul.

O ano de 2010 foi de muitos desafios, porém mesmo diante das grandes incertezas do cenário macroeconômico, onde se destacaram o fraco crescimento da economia dos Estados Unidos, a batalha cambial entre países, repercutindo na quase nula expansão da Bolsa Brasileira, como consequência, e em especial, dos preços das commodities, os resultados da Fundação Enersul superaram as expectativas.

A rentabilidade do Plano I, calculada pela TIR- Taxa Interna de Retorno foi de 30,14%, descontando a inflação do período de 6,47% (INPC – IBGE) e que resultou em rentabilidade real de 22,24%, com o resultado de 16,42% acima de sua Meta Atuarial.

Neste Plano a Fundação Enersul complementa a aposentadoria e pensão a 319 famílias.

Com relação ao Plano II, o retorno dos investimentos foi de 12,13%, descontando a inflação de 6,47% (INPC – IBGE). A rentabilidade real foi de 5,32% e acima da Meta Atuarial de 0,30%. No Plano II temos 699 participantes ativos e 47 assistidos.

Outro grande desafio foi a continuação dos acordos judiciais nos processos do Plano I e Plano II conforme a proposta dos Patrocinadores iniciada em 2008, decorrente da negociação da Enersul entre o Grupo Energias do Brasil e o Grupo Rede.

A Diretoria -Executiva agradece às Patrocinadoras pelo apoio recebido e em especial ao comprometimento dos Conselhos Deliberativo e Fiscal que estiveram presentes em todos os momentos de decisões da entidade para chegar aos Resultados apresentados neste Relatório. Estendemos os agradecimentos aos nossos colaboradores pela competência, responsabilidade e ética que proporcionou a superação das nossas Metas.

## Política de Investimentos

Alocação de Recursos entre Segmentos e Carteiras estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792

	Lim. Inferior (%)	Lim. Superior (%)	Aloc. Objet. (%)	2010
<b>Plano de Benefícios I</b>				
<b>Renda Fixa</b>	<b>81,0</b>	<b>100,0</b>	<b>92,3</b>	<b>98,8</b>
Títulos da dívida mobiliária federal	-	100,0	-	83,3
Ativos renda fixa, exceto tit. Public. Fed.	-	80,0	-	15,5
<b>Renda Variável</b>	-	<b>10,0</b>	<b>4,6</b>	-
<b>Imóveis</b>	-	<b>2,0</b>	<b>0,8</b>	<b>0,7</b>
<b>Operações com participantes</b>	-	<b>15,0</b>	<b>2,3</b>	<b>0,5</b>
Empréstimos a participantes	-	15,0	2,3	0,5

	Lim. Inferior (%)	Lim. Superior (%)	Aloc. Objet. (%)	Realizado 2010
<b>Plano de Benefícios II</b>				
<b>Renda Fixa</b>	56,0	100,0	79,9	78,3
Títulos da dívida mobiliária federal	-	100,0	-	5,3
Ativos renda fixa, exceto tit. Public. Fed.	-	80,0	-	73,2
<b>Renda Variável</b>	-	<b>30,0</b>	<b>14,2</b>	<b>18,1</b>
Novo mercado de governança corporativa	-	30,0	-	5,2
Nível 2 de governança corporativa	-	30,0	-	0,2
Nível 1 de governança corporativa	-	30,0	-	6,7
Sem classif. de govern. corporativa + ETFs	-	30,0	-	6,1
<b>Imóveis</b>	-	<b>4,0</b>	<b>1,8</b>	<b>0,8</b>
<b>Operações com participantes</b>	-	<b>10,0</b>	<b>4,1</b>	<b>2,7</b>
Empréstimos a participantes	-	10,0	4,1	2,7

## Despesas de Investimentos dos Planos de Benefícios I e II, realizados em 2010

Descrição	Valores em R\$	
	Plano I	Plano II
Pessoal e Encargos	76,9	104,6
Taxa de Custódia / CETIP	21,4	37,7
Depreciações	3,1	4,3
Taxa de Fiscalização CVM	0,6	0,9
Consultoria Risk Office	25,2	34,7
Sistema de Informática	22,3	30,8
Serviços de Terceiros - Rateio	8,4	6,1
Despesas Gerais	19,8	29,4
<b>TOTAL</b>	<b>177,6</b>	<b>248,5</b>

Limites de exposição a crédito privado utilizado para investimentos dos Planos de Benefícios I e II.

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Grau de investimento + grau especulativo	40%
Grau especulativo	15%

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

### Parecer dos auditores independentes

Aos Participantes e Administradores da Fundação Enersul  
Campo Grande - MS

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Enersul ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Enersul em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).  
São Paulo, 25 de março de 2011

Mateus de Lima Soares  
Sócio-contador  
CRC 1RJ079681/0-0 "S" SP - BDO Auditores Independentes - CRC 2SP013439/0-5

## Balancos Patrimoniais Consolidado (R\$ mil)

Ativo	2010	2009
<b>DISPONÍVEL</b>	62.198,12*	40.151,54
<b>REALIZÁVEL</b>	304.506.007,31	279.280.325,05
Gestão Previdencial	119.711,96	113.286,12
Gestão Administrativa	29.193,07	23.306,61
Investimentos	304.357.102,28	279.143.732,32
Títulos Públicos	92.644.551,96	0,00
Créditos Privados e Depósitos	148.313.900,75	131.151.969,86
Fundos de Investimento	55.265.361,75	140.286.203,00
Investimentos Imobiliários	2.382.151,52	2.405.682,84
Empréstimos/Financiamentos	5.751.136,30	5.299.876,62
<b>PERMANENTE</b>	62.657,96	81.676,46
Imobilizado	62.657,96	81.676,46
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	304.630.863,39	279.402.153,05

Passivo	2010	2009
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	611.431,02	863.829,93
Gestão Previdencial	395.720,25	401.456,76
Gestão Administrativa	212.484,29	457.982,86
Investimentos	3.226,48	4.390,31
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	10.377.442,08	32.403.966,00
Gestão Previdencial	10.377.442,08	32.403.966,00
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	293.641.990,29	246.134.357,12
Patrimônio de Cobertura do Plano	249.835.801,61	208.596.938,12
Provisões Matemáticas	218.933.154,92	188.487.366,53
Benefícios Concedidos	85.837.003,00	73.639.002,00
Benefícios a Conceder	133.096.151,92	114.848.364,53
Equilíbrio Técnico	30.902.646,69	20.109.571,59
Reserva de Contingência	18.963.305,26	16.775.561,13
Reserva Especial Revisão Plano	11.939.341,43	3.334.010,46
Fundos	43.806.188,68	37.537.419,00
Fundos Previdenciais	42.187.589,12	36.203.557,35
Fundos Administrativos	1.418.446,49	1.156.697,83
Fundos dos Investimentos	200.153,07	177.163,82
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	304.630.863,39	279.402.153,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Balanco Patrimonial - Plano Benefícios II

Ativo	2010	2009
<b>DISPONÍVEL</b>	0,00	1.832,00
<b>REALIZÁVEL</b>	188.940.935,66	180.494.627,49
Gestão Previdencial	0,00	0,00
Gestão Administrativa	848.992,79	587.244,13
Investimentos	188.091.942,87	179.907.383,36
Títulos Públicos	3.004.922,45	0,00
Créditos Privados e Depósitos	134.205.520,51	119.773.219,19
Fundos de Investimento	44.129.417,29	53.823.908,81
Investimentos Imobiliários	1.588.237,73	1.601.933,10
Empréstimos/Financiamentos	5.163.844,89	4.708.322,26
<b>PERMANENTE</b>	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	188.940.935,66	180.496.459,49

Passivo	2010	2009
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	6.421,47	37.394,36
Gestão Previdencial	3.900,22	33.405,66
Gestão Administrativa	0,00	0,00
Investimentos	2.521,25	3.988,70
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	8.335.479,64	27.298.578,00
Gestão Previdencial	8.335.479,64	27.298.578,00
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	180.599.034,55	153.160.487,13
Patrimônio de Cobertura do Plano	143.079.933,88	121.385.122,01
Provisões Matemáticas	143.079.933,88	121.385.122,01
Benefícios Concedidos	10.664.941,00	7.072.681,00
Benefícios a Conceder	132.414.992,88	114.312.441,01
Fundos	37.519.100,67	31.775.365,12
Fundos Previdenciais	36.608.433,82	31.137.251,72
Fundos Administrativos	848.992,79	587.244,13
Fundos dos Investimentos	61.674,06	50.869,27
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	188.940.935,66	180.496.459,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Balanco Patrimonial - Plano Benefícios I

Ativo	2010	2009
<b>DISPONÍVEL</b>	4.017,60	919,18
<b>REALIZÁVEL</b>	114.682.118,22	97.656.379,68
Gestão Previdencial	0,00	0,00
Gestão Administrativa	569.453,70	569.453,70
Investimentos	114.112.664,52	97.086.925,98
Títulos Públicos	89.639.629,51	0,00
Créditos Privados e Depósitos	14.108.380,24	11.378.750,67
Fundos de Investimento	8.983.449,57	84.312.871,21
Investimentos Imobiliários	793.913,79	803.749,74
Empréstimos/Financiamentos	587.291,41	591.554,36
<b>PERMANENTE</b>	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	114.686.135,82	97.657.298,86

Passivo	2010	2009
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	102.487,09	107.232,25
Gestão Previdencial	101.781,86	106.830,64
Gestão Administrativa	0,00	0,00
Investimentos	705,23	401,61
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	2.041.962,44	5.105.388,00
Gestão Previdencial	2.041.962,44	5.105.388,00
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	112.541.686,29	92.444.678,61
Patrimônio de Cobertura do Plano	106.755.867,73	87.211.816,11
Provisões Matemáticas	75.853.221,04	67.102.244,52
Benefícios Concedidos	75.172.062,00	66.566.321,00
Benefícios a Conceder	681.159,04	535.923,52
Equilíbrio Técnico	30.902.646,69	20.109.571,59
Reserva de Contingência	18.963.305,26	16.775.561,13
Reserva Especial Revisão Plano	11.939.341,43	3.334.010,46
Fundos	5.785.818,56	4.663.408,80
Fundos Previdenciais	5.077.885,85	4.537.114,25
Fundos Administrativos	569.453,70	569.453,70
Fundos dos Investimentos	138.479,01	126.294,55
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	114.686.135,82	97.657.298,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	1.156.697,83	2.180.858,37	-46,96
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	1.904.875,50	1.046.342,22	82,11
<b>1.1. Receitas</b>	1.904.875,50	1.046.342,22	82,11
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	719.687,89	385.199,60	86,93
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.016.916,72	641.821,77	58,40
Taxa de Administração de Empréstimos	35.893,37	19.320,85	88,91
Resultado Positivo dos Investimentos	132.377,52	0,00	-100,00
<b>2. Despesas Administrativas</b>	-1.643.126,84	-2.070.502,76	-20,62
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	-1.216.717,70	-1.688.163,99	-27,90
Pessoal e encargos	-365.416,78	-305.920,26	19,42
Treinamentos/congressos e seminários	-16.982,22	-12.241,59	41,52
Viagens e estadias	-13.599,13	-5.491,00	171,98
Serviços de terceiros	-525.476,31	-1.171.332,69	-55,13
Despesas gerais	-287.033,65	-176.853,90	62,30
Depreciações e amortizações	-8.209,61	-16.324,55	-48,69
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	-426.409,14	-382.338,77	11,54
Pessoal e encargos	-181.505,43	-172.214,10	5,53
Treinamentos/congressos e seminários	-9.001,14	-6.168,90	50,02
Viagens e estadias	-9.084,35	-844,12	808,44
Serviços de terceiros	-187.061,79	-176.122,46	6,29
Despesas gerais	-32.381,29	-24.657,14	28,26
Depreciações e amortizações	-7.375,14	-2.332,05	268,75
<b>3. Sobre da Gestão Administrativa (1-2)</b>	261.748,66	-1.024.160,54	-125,56
<b>4. Constituição do Fundo Administrativo (3)</b>	261.748,66	-1.024.160,54	-125,56
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)</b>	1.418.446,49	1.156.697,83	22,60



Fundação Enersul

## Demonstração das Obrigações Atuariais Plano de Benefício I

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)</b>	106.755.867,73	87.211.816,11	22,41
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	75.853.221,04	67.102.244,52	13,04
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	75.172.062,00	66.566.321,00	12,93
Benefício Definido	75.172.062,00	66.566.321,00	12,93
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	681.159,04	535.923,52	27,10
Contribuição Definida	681.159,04	535.923,52	27,10
Saldo de Contas - Parcela Participantes	681.159,04	535.923,52	27,10
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	30.902.646,69	20.109.571,59	53,67
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	30.902.646,69	20.109.571,59	53,67
Equilíbrio Técnico Acumulado	30.902.646,69	20.109.571,59	53,67
Reserva de Contingência	18.963.305,26	16.775.561,13	13,04
Reserva para Revisão de Plano	11.939.341,43	3.334.010,46	258,11

## Demonstração das Obrigações Atuariais Plano de Benefício II

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)</b>	143.079.933,88	121.385.122,01	17,87
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	143.079.933,88	121.385.122,01	17,87
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	10.664.941,00	7.072.681,00	50,79
Benefício Definido	10.664.941,00	7.072.681,00	50,79
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	132.414.992,88	114.312.441,01	15,84
Contribuição Definida	132.414.992,88	114.312.441,01	15,84
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	75.772.284,27	74.693.598,23	1,44
Saldo de Contas - Parcela Participantes	52.064.212,61	35.522.850,78	46,56
Benefício Definido	4.578.496,00	4.095.992,00	11,78

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Enersul é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração e autonomia administrativa e financeira instituída pela Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul, entidade jurídica de direito privado, tendo como patrocinadoras a Enersul, Energest S.A. e a própria Entidade. Foi constituída em 28 de fevereiro de 1989, tendo sido autorizada a funcionar pela Portaria nº 4.442 de 14 de abril de 1989, e iniciou suas atividades em setembro de 1989.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem as seguintes finalidades principais, em termos de benefícios:

a. Complementar, parcial ou totalmente, os benefícios dos empregados das patrocinadoras e da própria Entidade a que têm direito como segurados do Regime Geral de Previdência Social ou não. Para a execução desses objetivos, a Entidade conta com recursos de contribuições mensais das patrocinadoras, da Entidade e dos participantes ativos e assistidos (inativos), bem como com os rendimentos auferidos pela aplicação desses recursos. Atualmente, a Entidade possui dois tipos de plano:

- **Plano de Benefícios I (Plano I)** - estruturado na modalidade de benefício definido, o qual consiste em um plano complementar à Previdência Social, sendo o valor dos benefícios previamente definido no texto regulamentar.

- **Plano de Benefícios II (Plano II)** - é um plano de contribuição variável, iniciado em maio de 2002, o qual está estruturado na modalidade de benefício definido para os benefícios de risco, que contemplam a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte de participante ativo, e na modalidade contribuição definida para os benefícios programados, englobando a aposentadoria normal e antecipada.

Os participantes estão distribuídos conforme demonstrado a seguir:

	2010		2009	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Participantes ativos/autopatrocinados/BPD	-	699	1	725
Aposentados/pensionistas	319	47	316	43
Dependentes - ativos	-	1.019	1	1.401
Dependentes - assistidos	305	144	313	145
<b>Total</b>	<b>624</b>	<b>1.909</b>	<b>631</b>	<b>2.314</b>

BPD - Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos da Entidade são originários das seguintes fontes:

- Contribuição mensal das patrocinadoras, limitada a 7% da folha de salários dos empregados participantes.

- Contribuição mensal dos participantes ativos e dos autopatrocinadores, calculada para o plano de contribuição, definida conforme percentual determinado pelo participante

aplicado sobre a remuneração.

- Contribuição mensal dos participantes ativos, dos autopatrocinadores e dos participantes assistidos, calculada para o plano de benefício definido conforme tabela a seguir:

Faixa de salário	Salário de contribuição em R\$		
	De	Até	Aliquota%
1	0,01	1.733,70	2,50
2	1.733,70	3.467,40	5,00
3	Acima de 3.467,40	-	14,00

• Rendimentos auferidos com as aplicações dos recursos, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades governamentais competentes.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Fundação Enersul estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente à Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNP) nº 01, de 3 de março de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e às práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (previdencial e administrativa) e o fluxo dos investimentos, que é comum às gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. A Fundação Enersul opera programas assistenciais de natureza financeira, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 76 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e adota, no que couber, as rubricas e as regras aplicáveis à gestão previdencial da planificação contábil padrão, conforme Ofício nº 3.853/2009/SPC/DEMOC/CGAC, de 9 de dezembro de 2009. Outras características apresentadas nas demonstrações financeiras: balancetes por plano de benefícios previdenciais, balancete do plano de gestão administrativa e balancete consolidado.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1. REGISTRO DAS ADIÇÕES, DEDUÇÕES, RECEITAS, DESPESAS, RENDAS/VARIAÇÕES POSITIVAS E DEDUÇÕES/VARIAÇÕES NEGATIVAS

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas do fluxo de investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidos após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

#### 3.2. RESERVAS MATEMÁTICAS E FUNDOS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos.

Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

#### 3.3. REALIZÁVEL – FLUXO DOS INVESTIMENTOS

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são os seguintes:

##### I. Renda fixa

Os investimentos em renda fixa estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço, e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Quanto à marcação a mercado e curva do papel, o Banco Central editou a Resolução nº 2.931/02, alterando as normas de precificação dos ativos aplicados em carteiras de fundos de investimentos. Paralelamente, a partir de 29 de maio de 2002, com base na Instrução Normativa nº 365, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os fundos contabilizam seus ativos pelo valor de mercado e não mais pelo valor de vencimento (curva do papel). Posteriormente, a CVM emitiu a Instrução Normativa nº 375/02, alterando os critérios de marcação a mercado para os fundos.

De acordo com as novas regras, os administradores dos fundos de pensão podem marcar os títulos pré e pós-fixados e com vencimento superior a 365 dias pelo valor de aquisição, acrescidos da rentabilidade acumulada desde a data da aquisição (marcar pela "curva do papel"). A Secretaria de Previdência Complementar publicou a Resolução CGPC nº 04/2002, permitindo às entidades fechadas de previdência complementar a marcação "pela curva do papel" em alguns títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos, desde que tais papéis sejam classificados como "títulos mantidos até o vencimento".

##### II. Investimentos imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção, foram atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustados a cada 3 anos pelo valor das reavaliações efetuadas e deduzidas da depreciação, calculada pelo método linear de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos técnicos de avaliação.

### III. Empréstimos a participantes

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos), demonstradas pelos saldos originais dos empréstimos, acrescidos dos encargos auferidos até a data do balanço (são indexadas pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – e acrescidas de juros de 0,6% a.m.).

A Entidade não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas prováveis em 2010 na realização das “Operações com participantes (valores a receber)”, atendendo ao disposto no item 11, Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

#### 3.4. ATIVO PERMANENTE - IMOBILIZADO

##### Imobilizado

Representa os bens necessários ao funcionamento da Entidade e é registrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens (instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos: 10% a.a.; computadores, periféricos e veículos: 20% a.a.).

#### 3.5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais e 13º salários são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

#### 3.6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

##### Gestão previdencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado por meio das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- I) Efetivar o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida das despesas que lhe deram origem; e
- II) Existindo depósito judicial, este deverá ser registrado no passivo contingencial do plano em conta redutora.

#### 3.7. PROVISÕES MATEMÁTICAS

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes, assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas futuras contribuições. As provisões relativas a benefícios a conceder, no caso do Plano I, representam o valor presente dos benefícios futuros dos participantes em atividade, líquido das respectivas futuras contribuições. No caso do Plano II, representam o montante dos saldos de contas individuais dos participantes em 31 de dezembro.

No custeio do Plano I, o regime financeiro adotado é o de capitalização para aposentadorias e pensões, sendo agregado o método de financiamento. Por recomendação da assessoria atuarial da Entidade (Towers Watson), com base em estudos específicos efetuados, aprovados pela Assembleia do Conselho Deliberativo da Entidade, foi substituída a taxa de juros de 5,5% a.a. para 5,0% a.a., e a projeção de crescimento real de benefícios foi igual à dos salários, em função de o regulamento do plano prever apenas a atualização dos benefícios pelo índice inflacionário, no caso do INPC.

No custeio do Plano II, o regime financeiro adotado é o de capitalização, sendo o método de financiamento, para aposentadorias normais e antecipadas, o de crédito projetado, e o agregado para aposentadorias por invalidez e pensões. A projeção de crescimento real de salários dos participantes ativos foi de 2% em 2010 e 2009, e a projeção de crescimento real de benefícios foi nula, em função de o regulamento do plano não prever a incorporação de ganhos reais aos benefícios.

#### 3.8. APURAÇÃO DO RESULTADO

Os componentes das demonstrações de resultados são registrados pelo regime contábil de competência, exceto as receitas oriundas das contribuições de participantes autofinanciados, do Plano II, que são escrituradas na ocasião dos seus efetivos recebimentos (regime de caixa).

Os valores mínimos das contribuições das patrocinadoras são estabelecidos anualmente por meio de cálculos atuariais.

#### 3.9. ESTIMATIVAS ATUARIAIS E CONTÁBEIS

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 30 de junho de 2010 e 31 de agosto de 2009, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências, cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

#### 3.10. RECEITAS ADMINISTRATIVAS

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Entidade são debitadas dos planos previdenciais, em conformidade com o plano de custeio vigente.

##### Gestão previdencial

Debitada na conta “Cobertura despesas administrativas”, conforme previsto no regulamento e avaliação atuarial, para cobertura das despesas administrativas.

##### Gestão administrativa

Creditada em “Gestão previdencial correntes e investimentos” para cobertura de despesas administrativas, conforme previsto no regulamento e avaliação atuarial.

##### Fluxo de investimentos

Debitados pela transferência para a gestão previdencial, relativa ao resultado líquido dos investimentos de cada mês, e para a gestão administrativa, pelo valor correspondente à cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

#### 3.11. CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS

Os fundos previdenciais são constituídos de acordo com cálculo atuarial para atender à gestão previdencial. Os demais fundos são constituídos com sobras dos respectivos programas e representados principalmente pela receita resultante dos investimentos, respeitando a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

#### 3.12. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Custeio administrativo da gestão previdencial: representa a receita da gestão administrativa advinda da gestão previdencial.

Custeio administrativo dos investimentos: representa a receita da gestão administrativa advinda dos investimentos para a cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

Taxa de administração de empréstimos: representa a receita da gestão administrativa advinda da taxa de administração de empréstimos.

i. O plano de custeio da Entidade determina a transferência do valor de 15% das receitas de contribuição (gestão previdencial - Plano II) para a cobertura de gastos administrativos;

ii. Os gastos para gerir o custeio administrativo da gestão previdencial – Plano I são integralmente custeados com o resultado de investimentos.

#### 3.13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas administrativas: representam a soma das despesas da gestão administrativa.

Administração previdencial: representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas dos planos.

Administração dos investimentos: representa a soma das despesas administrativas dos investimentos, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas dos planos.

As despesas comuns a todos são alocadas em todos os planos, administração previdencial, assistencial e dos investimentos, e são rateadas com base no orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo para cada Gestão. Os critérios de rateio definidos são: 75% para as despesas administrativas da gestão previdencial, sendo Plano I em 31,90% e Plano II em 43,10%; 15% para as despesas administrativas do assistencial; e 10% para as despesas administrativas de investimentos.

## 4. GESTÃO PREVIDENCIAL - ATIVO

Trata-se de contribuições dos participantes do mês de dezembro, repassadas pela patrocinadora Enersul no primeiro dia útil do mês subsequente.

## 5. GESTÃO ADMINISTRATIVA - ATIVO

Refere-se a despesas administrativas pagas antecipadamente, inerentes às atividades da Entidade.

## 6 - INVESTIMENTOS ATIVO

Investimentos	2010	2009
<b>Renda Fixa</b>		
Títulos Públicos Federais		
Notas do Tesouro Nacional - NTN (ii)	92.645	-
Aplicações em instituições financeiras		
Certificado de depósitos bancários (ii)	22.159	42.071
Recibos de depósitos bancários (ii)	60.093	31.916
Títulos de empresas (debêntures) (ii)	66.062	57.165
Quotas de fundos de investimento financeiro	55.265	66.877
Títulos para negociação (i)		
Títulos mantidos até o vencimento (ii)	-	73.409
	296.224	271.438
Investimentos imobiliários	2.382	2.406
Operações com participantes		
Empréstimos	5.751	5.300
Total	304.357	279.144

(i) Valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

(ii) Valores determinados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos calculados pro rata temporis. O valor de mercado desses títulos, em 31 de

dezembro de 2010, é de R\$240.959 (R\$73.409 em 2009). A faixa de vencimento (intervalo de anos) em 31 de dezembro de 2010 é de 2010 a 2035 (2009 a 2024 em 2009). A Entidade apresenta capacidade financeira e tem a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Readequação da estrutura de investimento

Em conformidade aos critérios estabelecidos na Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, referentes ao registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários em 29/12/2010, a Entidade readequou a estrutura de investimento desfazendo-se dos fundos exclusivos FI Enersul Carandazal e FIC Enersul Pantanal.

Os ativos que compunham a carteira do FI Enersul Carandazal eram NTN-B e NTN-C, Títulos do Governo Federal adquiridos conforme os estudos de ALM (Asset Liability Management) desde 2002 para travamento de passivo do Plano I.

Objetivando redução dos custos relacionados à administração dos investimentos e à melhoria dos controles internos da Fundação Enersul, a Entidade reformulou a estrutura de investimentos com a dissolução dos Fundos Exclusivos FI Enersul Carandazal e FIC Enersul Pantanal.

Entretanto, no ato da transferência do fundo exclusivo para a carteira própria, estes títulos tiveram que ser marcados a mercado, e em seguida foram marcados novamente na curva. Essa operação foi feita de acordo com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 04. Com este movimento, houve um ganho contábil na ordem de R\$12,5 milhões.

Renda fixa

	Plano I		Plano II		PGA		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Títulos Públicos Federais</b>								
Notas do Tesouro Nacional - NTN	89.640	-	3.005	-	-	-	92.645	-
<b>Certificado de Depósito Bancário</b>								
Bradesco	-	-	11.465	10.389	-	-	11.465	10.389
Safra	-	-	-	5.838	-	-	-	5.838
Panamericano	-	-	-	15.749	-	-	-	15.749
Pine	-	-	10.694	10.095	-	-	10.694	10.095
<b>Recibo de Depósito Bancário</b>								
Mercantil do Brasil	-	-	16.307	15.995	-	-	16.307	15.995
Indusval	-	-	-	15.921	-	-	-	15.921
Banif	-	-	13.032	-	-	-	13.032	-
Cruzeiro do Sul	-	-	12.940	-	-	-	12.940	-
Panamericano	-	-	17.814	-	-	-	17.814	-
<b>Debêntures</b>								
Bndespar	2.886	2.559	8.480	4.707	-	-	11.366	7.266
Rede	8.808	8.820	16.272	16.237	-	-	25.080	25.057
Cleop	2.414	-	4.483	-	-	-	6.897	-
Light	-	-	3.854	3.845	-	-	3.854	3.845
Coelce	-	-	18.865	20.997	-	-	18.865	20.997
<b>Fundo de aplicação em quotas de FIC</b>								
Fator Sigma - Fator	-	-	-	5.121	-	-	-	5.121
Enersul Carandazal (CITIBANK)	-	14.826	-	2.590	-	-	-	73.409
FI Energia Assegurada (BB)	-	70.819	-	6.005	-	-	-	20.831
FI BB Institucional	9.632	-	8.807	-	1.503	-	19.942	-
BNY Mellon	-	-	13.760	14.697	-	-	13.760	14.697
FIA Institucional - Fator	-	-	10.274	12.026	-	-	10.274	12.026
FIA Schroders Alfa	-	-	11.289	14.202	-	-	11.289	14.202
<b>Total</b>	<b>113.380</b>	<b>97.024</b>	<b>181.341</b>	<b>174.414</b>	<b>1.503</b>	<b>-</b>	<b>296.224</b>	<b>271.438</b>

Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos em renda fixa estão distribuídos em Notas do Tesouro Nacional (NTN), Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Recibo de Depósitos Bancários (RDB) e debêntures, cuja marcação é feita na curva do papel, como requerido pela Resolução CGPC nº 4 (alterada pela Resolução nº 15). Os demais estão avaliados ao valor de mercado, obtido a partir do valor da quota divulgada pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. A Entidade montou essa posição para ser um mecanismo de proteção de parte de seu passivo previdenciário.

Investimentos imobiliários

	2010	2009
Edificações para uso próprio	465	476
Edificações locadas à patrocinadora (a)	1.908	1.922
Venda e aluguéis a receber	9	8
<b>Total</b>	<b>2.382</b>	<b>2.406</b>

(a) Prédio comercial situado à rua Joaquim Teixeira Alves, 2.697, Dourados, MS.

A Entidade efetuou a reavaliação dos imóveis em 25 de setembro de 2008, conforme Laudo de Avaliação emitido em 25 de setembro de 2008 pela Eduardo Aleixo Engenharia de Avaliações, empresa do ramo de avaliações de imóveis e perícias judiciais CREA - MS/Registro nº 3232. Para os imóveis constantes na rubrica "Investimentos imobiliários" em 31 de dezembro de 2008, a referida reavaliação apresentou o seguinte resultado:

Imóvel	Valor contábil	Valor reavaliado	Efeito de Reavaliação
Prédio comercial: Rua Brilhante, 1.544 - Campo Grande - MS	343	490	147
Prédio comercial: Rua Joaquim Teixeira Alves, 2.694 - Dourados - MS	1.621	1.940	319
<b>Total</b>	<b>1.964</b>	<b>2.430</b>	<b>466</b>

Os diferenciais entre o valor contábil e o reavaliado foram registrados nas respectivas contas de investimentos imobiliários em contrapartida da conta de resultado do programa de investimentos.

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

São representados por modalidade de "empréstimos simples". Em 31 de dezembro de 2010, havia 1.171 contratos em aberto (1.040 em 2009). Essas operações não excedem em até cinco vezes o valor do salário de contribuição, limitado pela reserva de poupança, e em três vezes o valor dos benefícios para assistidos sem dependentes. As prestações são descontadas na folha de pagamento, e a sua concessão obedece à margem consignável de descontos na folha de pagamento informada pela patrocinadora. O limite de prazo para liquidação é de até 60 meses, e os empréstimos estão sujeitos à atualização monetária pelo INPC e juros fixos de 0,6% ao mês (Tabela Price).

7 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Gestão previdencial	2010	2009
Benefícios	91	91
Restituição de poupança	2	5
Outras (seguro de vida, IRRF e Uniodonto)	13	44
Recursos futuros (pré-pagamento)	289	259
Obrigações a recolher	2	2
<b>Total</b>	<b>397</b>	<b>401</b>
<b>Gestão administrativa</b>		
Fornecedores	65	338
Obrigações com empregados	97	70
Encargos sociais a recolher	23	16
Retenções a recolher (IRRF, ISSQN e IOF)	27	35
<b>Total</b>		
<b>Investimentos</b>	<b>212</b>	<b>459</b>
IOF	3	4
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

8 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Programa previdencial	2010	2009
Contingências	10.378	32.404
	10.378	32.404

A Entidade tem um expressivo contencioso judicial de natureza cível e trabalhista, impetrado por participantes ativos, ex-participantes e assistidos, que basicamente solicitam a revisão de benefício de aposentadoria, a suspensão das contribuições previdenciárias e o requerimento de assistências médicas e discutem a migração do Plano Inicial para o Plano II.

A Administração, em atendimento ao art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e com base em informações de seus assessores jurídicos e atuariais em conformidade com as patrocinadoras, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Programa previdencial					
Natureza	Saldo em 31 de dezembro de 2009	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31 de dezembro de 2010
Cíveis	32.404	179	22.205	-	10.378
	32.404	179	22.205	-	10.378

Do total de R\$22.205, foi transferido para a conta de benefício a conceder (Acordo de Migração) o valor de R\$12.895, referente aos processos dos participantes ativos.

Em 17 de fevereiro de 2009, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade a Carta Proposta de 15 de janeiro de 2009 das patrocinadoras Enersul e Energest recebida em 13 de fevereiro de 2009, referente ao novo aditamento à proposta de acordo nas ações judiciais movidas contra a Fundação Enersul e a Enersul. Dessa forma, a Fundação Enersul tomou as providências com as patrocinadoras e programou o acordo judicial.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas e o fundo do programa previdencial foram constituídos de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, Towers Watson, em conformidade com os critérios aprovados pela SPC, e estão representados por:

- Reservas técnicas
- Benefícios concedidos

Os benefícios dos planos correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada, líquido das contribuições desses participantes e beneficiários.

- Benefícios a conceder

Benefícios dos planos, com geração atual: a Entidade adota dois planos previdenciários, Plano I e Plano II, de acordo com a Nota Técnica Atuarial. Os benefícios a conceder do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios do Plano II a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.

Outras contribuições da geração atual correspondem ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pela patrocinadora e pelos integrantes das gerações atuais, que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.

Composição do exigível atuarial - consolidado  
A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foi a seguinte:

Provisões matemáticas	2010	2009
<b>Benefícios concedidos</b>		
Benefícios dos planos	85.837	73.639
	85.837	73.639
<b>Benefícios a Conceder</b>		
Contribuição Definidas	128.518	117.627
Valor atual dos benef. futuros não programados	7.306	-
(-) Valor atual contrib. futuras patrocinadores	(2.727)	(2.779)
	133.097	114.848
<b>Total do exigível atuarial</b>	<b>218.934</b>	<b>188.487</b>

**Composição do exigível atuarial - Plano I**

As provisões matemáticas relativas ao Plano I foram apuradas com base nos dados referentes a 30 de junho para o exercício atual (31 de agosto para o exercício anterior) e nas respectivas atualizações monetárias de acordo com a variação do INPC, acrescida da taxa anual de juros de 5,0% até 31 de dezembro de 2010 (5,5% em 2009). Elas podem ser assim discriminadas:

Provisões matemáticas	2010	2009
<b>Benefícios concedidos</b>		
Benefícios dos planos	75.172	66.566
	75.172	66.566
<b>Benefícios a Conceder</b>		
Benefícios dos planos com a geração atual	681	536
	681	536
<b>Total das provisões matemáticas</b>	<b>75.853</b>	<b>67.102</b>

**Composição do exigível atuarial - Plano II**

As provisões matemáticas relativas ao Plano II foram apuradas levando-se em consideração os fluxos de contribuições e de rendimentos creditados aos participantes até 31 de dezembro de cada ano. Elas podem ser assim discriminadas:

Provisões matemáticas	2010	2009
<b>Benefícios concedidos</b>		
Benefícios dos planos	10.665	7.703
	10.665	7.703
<b>Benefícios a Conceder</b>		
Contribuição definida	127.836	117.091
Valor atual dos benef. futuros não programados	7.306	-
(-) Valor atual contrib. futuras patrocinadores	(2.727)	(2.779)
	132.415	114.312
<b>Total das provisões matemáticas</b>	<b>143.080</b>	<b>121.385</b>

Premissas atuariais	Plano de benefício definido	Plano de contribuição variável
	Plano I	Plano II
Percentual de contribuição sobre a folha de pagamento das patrocinadoras	0,00%	5,13%
Participantes ativos/autopatrocinados/BPD*	1	699
Taxa real anual de juros	5%a.a.	5%a.a.
Indexador	INPC	INPC
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000
Projeção de crescimento real de salário	0% a.a.	2% a.a.

(\*) BD - Participantes em Benefício Proporcional Diferido

**Fundos**

A constituição dos fundos, no exercício, foi efetuada da seguinte forma:

**Programa previdencial**

	2010		2009	
	Plano II	Plano I	Plano II	Plano I
Oscilação Financeira (Risco)	12.883	5.580	8.581	5.066
Patronal	19.154	-	18.848	-
Especial (desligamento)	-	-	525	-
Garantia de benefício risco	4.571	-	3.183	-
	36.608	5.580	31.137	5.066
<b>Total</b>	<b>42.188</b>	<b>-</b>	<b>36.203</b>	<b>-</b>

**Fundo de Oscilação Financeira de Riscos**

No Plano I, o Fundo Previdencial de Oscilação Financeira de Risco foi constituído com recursos originários do excedente patrimonial proporcional à massa de participantes mantida neste Plano I de benefícios durante o processo de migração do Plano Inicial para o Plano II, ocorrido em 2002. Ele tem a finalidade de cobrir eventuais oscilações econômicas, biométricas ou até mesmo demandas judiciais, além de prover a manutenção do perfeito equilíbrio financeiro-atuarial do Plano, haja vista que o Plano encontra-se em extinção e possui praticamente participantes assistidos.

O Fundo contempla ainda o saldo do Fundo assistencial decorrente da acumulação de resultados positivos entre as receitas e despesas do assistencial Fundo Assistencial Sofe no valor de R\$240 (R\$206 em 2009); Sofe - Fundação no valor de R\$2 (R\$12 em 2009); da Enersul Saúde em R\$52 (R\$46 em 2009); e do Fundo Unimed no valor de R\$208 (R\$265 em 2009), e destina-se à cobertura de eventuais insuficiências de recursos financeiros do assistencial.

No Plano II, o Fundo Coletivo de Oscilação Financeira foi constituído de recursos oriundos do Plano de Benefícios Inicial, especialmente definidos e provenientes do processo de migração de participantes para este Plano, de transferências de recursos de outros fundos, bem como de outros recursos que a ele sejam destinados, devendo sua

constituição e utilização serem determinadas com base na legislação vigente, devidamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade com embasamento em Parecer Atuarial.

**Fundo Previdenciário - patronal**

O Fundo Previdenciário patronal é constituído de recursos oriundos do Plano de Benefícios Inicial especialmente definidos e provenientes do processo de migração de participantes para o Plano de Benefícios II, e é utilizado para reduzir contribuições futuras das patrocinadoras destinadas a este Plano.

**Fundo Especial**

O Fundo Previdencial Especial (Desligamento) é constituído por valores de saldos de conta constituídos por recursos das patrocinadoras em nome do participante que se desliga da empresa e, conseqüentemente, perde o direito em relação ao saldo da patrocinadora, o qual é revertido para este Fundo Especial, que poderá fazer frente à cobertura de eventuais insuficiências verificadas no Plano.

**Fundo de Garantia de Benefícios de Risco**

O Fundo de Garantia de Benefícios de Risco foi constituído com recursos oriundos do Plano de Benefícios Inicial durante o processo de migração de participantes para este Plano, bem como dos recursos da conta de patrocinadora não resgatáveis pelos participantes em caso de desligamento ou de concessão de benefícios de risco, e será utilizado para cobrir eventuais insuficiências nas contas destinadas à cobertura dos benefícios de risco e benefícios concedidos, e para neutralizar eventuais insuficiências de cobertura dos benefícios de risco a conceder e benefícios concedidos.

**FUNDOS ADMINISTRATIVOS**

É resultante da acumulação de resultados positivos entre as receitas e despesas do programa administrativo (apresentando o valor de R\$1.418 em 2010 e R\$1.157 em 2009) que se destina, basicamente, à cobertura de eventuais insuficiências futuras de verbas de custeio administrativo.

**FUNDOS DE INVESTIMENTOS**

Constituem a reserva de garantia de empréstimos (apresentando o valor de R\$200 em 2010 e R\$177 em 2009) para fazer a cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes quando esgotadas todas as alternativas de recebimento, mediante aprovação da Diretoria Executiva.

**10. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005.

Até 31 de dezembro de 2004, o imposto de renda incidiu em conformidade com a Medida Provisória nº 2.222 (revogada pela Lei nº 11.053), de 4 de setembro de 2001, por meio do Regime Especial de Tributação (RET).

A partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o art. 5º da referida Lei, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidades de previdência complementar.

**11. CONTROLES INTERNOS**

Em 1º de outubro de 2004, foi aprovada a Resolução CGPC nº 13, que estabeleceu princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos de entidades de previdência privada.

A Entidade obedece à legislação em vigor e, durante o exercício de 2010, implementou procedimentos de acordo com os padrões requeridos, aprimorando a gestão relativa aos seus controles internos.

**12. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Foi publicada no dia 16 de março de 2011, no Diário Oficial da União - seção 1, a Resolução CNPC nº 01, de 3 de março de 2011, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, alterando a forma de envio dos balancetes mensais, passando a ser obrigatório o envio ao órgão fiscalizador dos balancetes consolidados por trimestre civil. A Resolução deve ser adotada a partir do 2º trimestre civil de 2011.

**Zilfa Gomes Andrekowisk**  
Diretora-Presidente

**Luiz Hiroshi Deai**  
Diretor-Executivo

**Adão de Oliveira Azevedo**  
Contador - CRC-MS 001457/0-2

# Parecer Atuarial I

Teto RGPS: R\$ 3.467,40 em 31/12/2010

Avaliamos o Plano de Benefícios I da Fundação Enersul, com o objetivo de identificar sua situação financeira em 31/12/2010 e propor um plano de custeio para o período de março/2011 a fevereiro/2012.

Na preparação desta avaliação utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela Fundação Enersul e outras pessoas ou organizações por ela designadas.

Em nossa opinião, todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com os padrões de prática atuarial aplicáveis. A Enersul e Energest, em conjunto com a Towers Watson, foram responsáveis pela seleção do método financeiro.

## Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao 30/6/2010. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistente e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

## Características do Plano

O Plano de Benefícios I está estruturado na modalidade Benefício Definido, de acordo com a Resolução CGPC Nº 16 de 22/11/2005 e está fechado para novas adesões desde 1/5/2002.

## Hipóteses Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2010 e 2009 foram:

Hipótese	2010	2009
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000, específica por sexo	AT2000M
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI85, específica por sexo	MI85M
Hipótese Familiar	Ativos: N/A	Ativos: N/A
	Assistidos: família informada no cadastro	Assistidos: família informada no cadastro
Taxa Real de Juros	5,0% a.a.	5,5% a.a.
Capacidade de Benefícios	100%	100%
Índice do Plano	INPC-IBGE	INPC-IBGE

Para a avaliação de 2010, as tábuas de mortalidade geral e mortalidade de inválidos foram alteradas, utilizando-se as tábuas AT2000 e MI85 específicas por sexo, seguindo recomendação feita na avaliação atuarial de 2009. Na avaliação anterior, eram utilizadas apenas as tábuas masculinas.

A taxa real de juros utilizada também foi alterada de 5,5% a.a. para 5,0% a.a. na avaliação atuarial de 2010, tendo em vista a perspectiva a médio prazo de redução da rentabilidade da carteira do plano, em razão do perfil da população.

A alteração das hipóteses causou um aumento de R\$ 6.053.187,00 nas provisões matemáticas do Plano.

As hipóteses foram recomendadas em correspondência de 4/10/2010 e aprovadas pela Fundação Enersul em 20/1/2011.

## Resultados

Os resultados em 31/12/2010 apresentados nesta avaliação expressam Provisões Matemáticas no valor de R\$ 75.853.221,04, calculadas atuarialmente e detalhadas no quadro a seguir:

<b>23110000000</b>	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>75.853.221,04</b>
231101000000	Benefícios Concedidos	75.172.062,00
231102000000	Benefícios a Conceder	681.159,04
<b>23120000000</b>	<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>30.902.646,69</b>
231201010100	Reserva de Contingência	18.963.305,26
231201010200	Reserva Especial para Revisão de Plano	11.939.341,43
<b>23200000000</b>	<b>Fundos</b>	<b>5.785.818,56</b>

O Plano de Custeio de Participantes Assistidos do Plano de Benefícios I é definido de acordo com a faixa do benefício, conforme tabela a seguir:

Parcela do Benefício	Taxa sobre a parcela do benefício
Até ½ Teto RGPS	2,50%
De ½ Teto RGPS a 1 Teto RGPS	5,00%
Acima de 1 Teto RGPS	14,00%

A aplicação dos percentuais informados na tabela acima sobre os benefícios futuros projetados leva a uma contribuição média de 2,27% incidente apenas sobre o total dos benefícios de suplementação dos assistidos, uma vez que existem, na data do cadastro, apenas Participantes Assistidos e em BPD no Plano de Benefícios I.

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, as despesas administrativas do Plano para o exercício de 2011 serão deduzidas do resultado dos investimentos, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O plano de custeio vigorará de março/2011 a fevereiro/2012.

## Situação Financeiro-Atuarial

O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Benefícios I é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2010:

	Valores em R\$ 1,00
Ativo Total	114.686.135,82
Exigível Operacional	(102.487,09)
Exigível Contingencial	(2.041.962,44)
Fundos	(5.077.885,85)
<b>Ativo Líquido Previdencial</b>	<b>106.755.867,73</b>

O Ativo Líquido Previdencial do Plano é superior à soma das Provisões Matemáticas, atuarialmente calculada, resultando em um excedente patrimonial de R\$ 30.902.646,69, que representa 40,74% das Provisões Matemáticas. Desse valor, R\$ 18.963.305,26 foram alocados em Reserva de Contingência e R\$ 11.939.341,43 em Reserva Especial.

## Rentabilidade

A rentabilidade do Plano de Benefícios I da Fundação Enersul, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno, atingiu no exercício de 2010 o percentual de 30,14%, que comparado com a inflação acumulada de 6,47% (INPC/IBGE), resultou em uma rentabilidade real no exercício de 22,24%, o que representa 16,42% acima da meta atuarial.

A rentabilidade de 2010 foi impactada em função da alteração da estrutura de investimento de fundos exclusivos para carteira própria, assim, os títulos que estavam precificados na curva foram valorizados a mercado e em seguida marcados novamente na curva, em conformidade ao Art. 6º da Resolução CGPC nº 4/2002.

## Dívidas Contratadas

Não identificamos no balancete do Plano de Benefícios I nenhuma dívida contratada com as Patrocinadoras do Plano.

## Provisões Matemáticas a Constituir

Não há registro de provisões matemáticas a constituir para o Plano de Benefícios I da Fundação Enersul.

## Alteração Regulamentar

Não houve aprovação de alteração regulamentar do plano em 2010.

## Conclusão

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios I da Fundação Enersul, encontra-se com excedente patrimonial representa 40,74% das Provisões Matemáticas do Plano.

Resaltamos que os resultados desta avaliação atuarial são sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas poderão implicar variações relevantes nos resultados atuariais.

Os atuários da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões contidas neste parecer.

Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda.

São Paulo, março de 2011.

Waldner Barril Conde  
MIBA nº 763  
Sátyro Florentino Teixeira Neto  
MIBA nº 1.158

## Parecer Atuarial II

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios II da Fundação Enersul, considerando as patrocinadoras Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (Enersul), Fundação Enersul e Energest S.A., com o objetivo de identificar sua situação em 31/12/2010 e propor um plano de custeio para o período de março/2011 a fevereiro/2012.

Na preparação desta avaliação utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela Fundação Enersul.

Em nossa opinião, todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com os padrões de prática atuarial aplicáveis. A Enersul, Fundação Enersul e Energest, em conjunto com a Towers Watson, foram responsáveis pela seleção do método financeiro.

### Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de junho/2010. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

Os salários dos Participantes Ativos das Patrocinadoras Enersul e Fundação Enersul foram acrescidos do percentual estabelecido no Acordo Coletivo, correspondente a 7%, com data base em novembro/2010.

Os salários dos Participantes Ativos da Patrocinadora Energest foram acrescidos do percentual estabelecido no Acordo Coletivo, correspondente a 5,5%, com data base em novembro/2010.

### Características do Plano

O Plano de Benefícios II está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Resolução CGPC nº 16 de 22/11/2005.

### Hipóteses Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2010 e 2009 foram:

Hipótese	2010	2009
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000, específica por sexo	AT2000M
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI85, específica por sexo	MI85M
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem Assistidos: família informada no cadastro	Ativos: 90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem Assistidos: família informada no cadastro
Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.
Taxa Real de Juros	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Crescimento Salarial Real	2,0% a.a.	2,0 a.a.
Hipótese	2010	2009
Capacidade Salarial	100%	100%

Para a avaliação de 2010, as tábuas de mortalidade geral e mortalidade de inválidos foram alteradas, utilizando-se as tábuas AT2000 e MI85 específicas por sexo, seguindo recomendação feita na avaliação atuarial de 2009. Na avaliação anterior, eram utilizadas apenas as tábuas masculinas.

A alteração das hipóteses causou um aumento de R\$ 1.271.012,00 nas provisões matemáticas do Plano.

As hipóteses foram recomendadas em correspondência de 4/10/2010 e aprovadas pela Fundação Enersul em 21/1/2011.

### Resultados

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem um custo total de 16,81% sobre o total dos Salários de Participação e uma Provisão Matemática Total de R\$ 143.079.933,68, posicionada em 31/12/2010.

As Provisões Matemáticas correspondentes em 31/12/2010 estão detalhadas no quadro a seguir:

	Provisões Matemáticas	143.079.933,88
23110000000	Benefícios Concedidos	10.664.941,00
23110200000	Benefícios a Conceder	132.414.992,88
<b>23200000000</b>	<b>Fundos</b>	<b>37.519.100,67</b>

O plano de custeio vigorará de março/2011 a fevereiro/2012.

### Segmento Contribuição Definida

O Plano Anual de Custeio, de acordo com a Seção V do Regulamento do Plano, prevê as seguintes contribuições:

#### 1. Contribuições dos Participantes:

— Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional e que, se existente, deverá ser no mínimo igual a 1% do Salário de Participação. Será efetuada 12 vezes por ano.

— Contribuição Adicional de Participante corresponderá a um percentual livremente escolhido pelo mesmo e aplicável sobre o 13º Salário, sobre a gratificação anual, e outras remunerações concedidas pela Patrocinadora. Esta contribuição será livre em termos de frequência.

#### 2. Contribuições da Patrocinadora:

— A contribuição da Patrocinadora varia de acordo com o salário e a idade do

participante, conforme segue:

	Percentual Normal (sobre Ctb Básica) Acima de 8 SUs	Percentual Mínimo (sobre SalPar)	Percentual Máximo (sobre SalPar - 8SU)
Idade até 34 anos	50%	1,0%	4,4%
Entre 35 anos e 44 anos	100%	1,0%	8,7%
45 anos ou mais	150%	1,0%	13,0%

— Para os Participantes com Salário de Participação inferior a 8 Salários Unitários, a Contribuição Normal corresponderá a 1% do Salário de Participação.

De acordo com o item 5.2.3 do Regulamento, as Patrocinadoras poderão aplicar um fator redutor sobre as Contribuições Normais de forma a assegurar que sua contribuição total à Fundação Enersul, incluindo a destinada ao custeio do Plano de Benefícios I, não exceda a 7% da folha de salários de seus empregados, observando-se critério consistente e não discriminatório.

Com base nas informações mensais posicionadas em dezembro/2010 e fornecidas pela Fundação Enersul, observou-se um custeio médio para os Benefícios Programados de 6,84% para os Participantes, incluindo-se Ativos e Autopatrocinaados, e 7,00% para as Patrocinadoras, totalizando 13,84% do salário com o segmento de contribuição definida, considerando-se todas as contribuições descritas acima.

### Segmento Benefício Definido

Para 2011, as Contribuições da Patrocinadora necessárias à cobertura dos Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Benefício Mínimo do Participante Ativo serão de 0,78% dos Salários de Participação.

### Despesas Administrativas

As Patrocinadoras serão responsáveis pelo custeio das despesas administrativas do Plano, correspondentes a 15% do total das contribuições de Patrocinadoras e Participantes, resultando em 2,19% dos Salários de Participação.

### Situação Financeiro-Atuarial

O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Benefícios II é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2010:

	Valores em R\$ 1,00
Ativo Total	188.940.935,66
Exigível Operacional	(6.421,47)
Exigível Contingencial	(8.335.479,64)
Fundos	(37.519.100,67)
<b>Ativo Líquido Previdencial</b>	<b>143.079.933,88</b>

O Ativo Líquido Previdencial do Plano é igual à soma das Provisões Matemáticas de R\$ 143.079.933,88 em 31/12/2010, resultando em equilíbrio atuarial.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

### Rentabilidade do Plano

A rentabilidade do Plano de Benefícios II, calculada pela variação da cota, atingiu no exercício de 2010 o percentual de 12,13%, que comparado com a inflação acumulada de 6,47% (INPC/IBGE) resultou na taxa de rentabilidade real no exercício de 5,32%, o que representa 0,30% acima da meta atuarial do segmento de benefício definido.

Os valores de cota utilizados para obtenção da rentabilidade acima mencionada, informados pela Fundação Enersul e posicionados em 31/12/2009 e 31/12/2010, respectivamente, são: R\$ 3,0391468 e R\$ 3,407892978.

### Dívidas Contratadas

Não identificamos no balancete do Plano de Benefícios II nenhuma dívida contratada com as Patrocinadoras do Plano.

### Provisões Matemáticas a Constituir

Não há registro de Provisões Matemáticas a Constituir para o Plano de Benefícios II.

### Alteração Regulamentar

Houve aprovação de alteração regulamentar do plano em 2010, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC por meio da Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 78 de 24/2/2010, publicado no Diário Oficial da União no dia 25/2/2010.

### Conclusão

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios II da Fundação Enersul, encontra-se em equilíbrio atuarial.

Ressaltamos que os resultados desta avaliação atuarial são sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas poderão implicar variações relevantes nos resultados atuariais.

Os atuários da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões contidas neste parecer.

Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda.

São Paulo, março de 2011.

Waldner Barril Conde

MIBA nº 763

Sátyro Florentino Teixeira Neto

MIBA nº 1.158

## Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com as disposições legais e estatutárias os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação Enersul, examinaram as Demonstrações Contábeis, o Acompanhamento Orçamentário, Acompanhamento da Política de Investimento, Plano Assistencial e Indicadores de Gestão das Despesas Administrativas do Exercício findo em 31 de dezembro de 2010 da Fundação Enersul, embasados no Parecer das Demonstrações Financeiras da BDO Auditores Independentes, Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA e Parecer Atuarial da Towers Watson.

Os membros do Conselho Fiscal são de opinião que as referidas Demonstrações, traduzem com propriedade a situação da Fundação e as aprovam sem ressalvas, na posição correspondente naquela data.

Campo Grande, 26 de abril de 2011.

Sérgio Carmini Cerchiari  
Presidente do Conselho Fiscal

Wandir Castro Rosa  
Membro Titular

Nilson Corrêa Nantes  
Membro Titular

## Manifestação do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Enersul abaixo relacionados, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções do Ministério da Previdência Social – Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis e do Acompanhamento da Política de Investimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Embasados nas Demonstrações dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA e no Parecer Atuarial da Towers Watson, bem como no Parecer da BDO Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal são de opinião que as Demonstrações Contábeis, o Acompanhamento Orçamentário, o Acompanhamento da Política de Investimento, do Plano Assistencial e dos Indicadores de Gestão das Despesas Administrativas traduzem com propriedade a situação da Fundação naquela data.

Campo Grande, 27 de abril de 2011.

Zilfa Gomes Braz Andrekowisk  
Presidente

Jair Alberto Doniak

Ricard Hervest Jerônimo Alves

Adilson Carvalho Panizza

Ercy Delgado Dias

### Diretoria Executiva

Zilfa Gomes Braz  
Andrekowisk  
Diretora-Presidente

Luiz Hiroshi Deai  
Edson Milton Gênova  
Diretores-Executivos

### Conselho Deliberativo

Zilfa Gomes Braz  
Andrekowisk  
Presidente

Membros  
Adilson Carvalho Panizza  
Amlton Carneiro  
Carlos Alberto de Oliveira  
Ercy Delgado Dias  
Jair Alberto Doniak  
Ricard Hervest Jerônimo  
Alves

### Conselho Fiscal

Sérgio Carmini Cerchiari  
Presidente

Membros  
Nilson Corrêa Nantes  
Wandir Castro Rosa

### Tiragem

1050 exemplares



# Fundação Enersul

Rua Brilhante, 1544 - Bairro Amambai - CEP 79005-250  
Fone: (67) 4009-2000 - Fax (67) 4009-2030  
Campo Grande - Mato Grosso do Sul  
[www.fundacaoenersul.com.br](http://www.fundacaoenersul.com.br)